Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 2º Quadrimestre de 2011, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

O XX Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que será realizado em 30 de setembro de 2011, tratará da Prestação de Contas do 2° Quadrimestre de 2011.

Como fonte de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 4º bimestre de 2011, Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2011 e dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

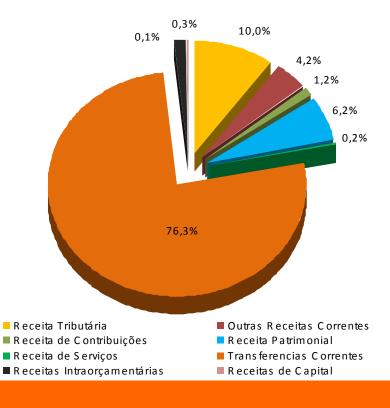
EXECUÇÃO DA RECEITA - GERAL

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 2° Quadrimestre de 2011.

Em R\$ Mil

	Em R\$ Mil
Especificação	Receita
Lapcomoução	Arrecadada
Receitas Correntes	401.534,9
Receita Tributária	40.979,2
Impostos	38.382,1
Taxas	2.597,1
Receita de Contribuições	4.712,1
Contribuições Sociais	4.677,6
Contribuições Econômicas	34,5
Receita Patrimonial	25.333,2
Receitas de Valores Mobiliários	25.333,2
Receita de Serviços	1.836,0
Transferencias Correntes	311.416,9
Transferencias Intergovernamentais	311.367,2
Transferencias de Convênios	49,7
Outras Receitas Correntes	17.257,5
Multas e Juros de Mora	1.841,5
Indenizações e Restituições	12.057,7
Receita da Dívida Ativa	3.006,4
Receitas Diversas	351,9
Receitas de Capital	1.412,0
Alienação de Bens	167,0
Alienação de Bens Móveis	167,0
Transferencias de Capital	1.245,0
Transferências de Convênio	1.245,0
Receitas Intraorçamentárias	5.420,5
Receita de Contribuições	5.360,6
Outras Receitas Correntes	59,9
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	408.367,4

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEB



EXECUÇÃO DA RECEITA

Comparando a arrecadação do 2° Quadrimestre de 2011 em relação ao 2° Quadrimestre de 2010, verificamos um aumento na arrecadação equivalente a 8,42% conforme demonstrado abaixo.

Em R\$ Mil

Especificação	2010	2011
Receitas Correntes	371.729,9	401.534,9
Receita Tributária	29.550,5	40.979,2
Receita de Contribuições	6.368,5	4.712,1
Receita Patrimonial	16.608,3	25.333,2
Receita de Serviços	1.765,9	1.836,0
Transferencias Correntes	313.223,3	311.416,9
Outras Receitas Correntes	4.213,4	17.257,5
Receitas de Capital	5,3	1.412,0
Alienação de Bens	5,3	167,0
Transferencias de Capital	-	1.245,0
Transferências de Convênio	-	1.245,0
Receitas Intraorçamentárias	4.930,0	5.420,5
Receita de Contribuições	4.821,4	5.360,6
Outras Receitas Correntes	108,6	59,9
Total	376.665,2	408.367,4

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEB

2010	376.665,2
2011	408.367,4

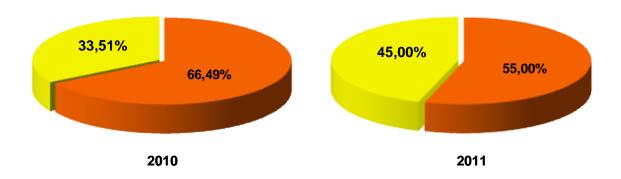
Destacamos o comportamento das receitas tributárias, que teve um crescimento de 38,68%, do 2º Quadrimestre de 2011 em relação ao 2º Quadrimestre de 2010, o que equivale a 11,42 milhões, demonstrando que as ações desenvolvidas de sensibilização quanto à importância do pagamento de seus impostos vem provocando um retorno satisfatório.

EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Destacam-se os valores referentes às transferências dos recursos *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL de R\$ 224,58 milhões, que representaram aproximadamente 55% da arrecadação municipal no 2º quadrimestre de 2011.

Em R\$ Mil

Royalties e Participação Especial				
	2010		2011	
Transferencias ROYALTIES e P.E	250.459,9	66,49%	224.588,6	55,00%
Outros Recursos	126.205,3	33,51%	183.778,8	45,00%
Total	376.665,2	100%	408.367,4	100%



DESPESA COM PESSOAL

Destacamos, por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação à Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA		
RECEITAS CORRENTES	503.660,2	
Receita Tributária	57.495,0	
Receita de Contribuições	7.703,7	
Receita Patrimonial	37.151,3	
Receita de Serviços	2.753,5	
Transferências Correntes	424.780,3	
Outras Receitas Correntes	19.614,8	
(-) Dedução da Receita Corrente	(18.816,9)	
(-) Compensação Financeira entre Reg. Previd.	(8,6)	
(-) Contribuição para RPPS	(7.351,3)	
(-) Diversas Deduções da Receita do RPPS	(136,4)	
TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA	523.185,4	

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Pessoal Ativo Pessoal Inativo Outras Despesas de Pessoal Dec. Contr.Terceirização (-) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	149.260,0 4.344,8 220,0 (4.344,8)	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS 149.480,0		

Em R\$ Mil

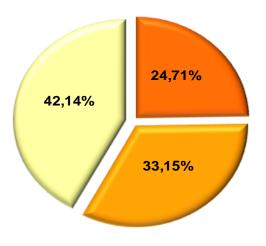
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	60,00%	313.911,2
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	298.215,7
Total da Despesa com Pessoal	28,57%	149.480,0

DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos o gasto com pessoal, no 2º Quadrimestre, podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

Em R\$ Mil

Unidades	Gasto com Pessoal	%
Folha da Secretaria Municipal de Educação	23.300,1	24,71%
Folha da Secretaria Municipal de Saúde	31.258,4	33,15%
Somatório das Folhas das Demais Unidades	39.733,9	42,14%
Total da Folha	94.292,4	100,00%



DESPESA COM SAÚDE

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório é de 15%. Em nosso caso, no 2º Quadrimestre aplicamos 23,45% destas receitas. Vale destacar que o gasto do município, acima do valor obrigatório, foi de R\$ 9,32 milhões. Abaixo demonstramos estes dados.

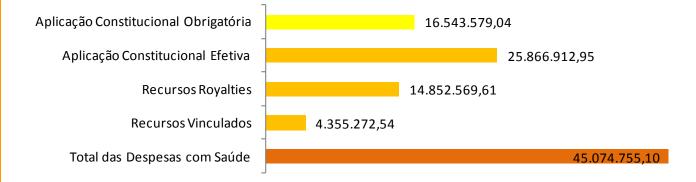
RECEITA	R\$
Impostos - (A)	38.382.074,70
IPTU	7.912.029,60
IRRF	4.935.783,81
ITBI	8.920.602,31
ISS	16.613.658,98
Transferências da União - (B)	17.093.735,99
Cota-Parte FPM - (100%)	16.890.134,95
Cota-Parte ITR	4.124,02
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	199.477,02
Transferências do Estado - (C)	50.408.118,53
Cota-Parte ICMS - (100%)	43.985.492,51
Cota-Parte IPVA	5.176.734,65
Cota-Parte IPI - (100%)	1.245.891,37
Demais Receitas Correntes - (D)	4.406.597,71
Multas, Juros de Mora Impostos	1.641.193,74
Divida Ativa dos Impostos	2.765.403,97
Total	110.290.526,93
Limite Constitucional Gastos com Saúde	16.543.579,04

	DESPESA	R\$
Função 10) - SAÚDE	
10.122	Administração Geral	2.874.054,94
10.301	Atenção Básica	3.881.901,51
10.302	Assitência Hospitalar e Ambulatorial	16.966.336,43
10.305	Vigilância Epdemiológica	2.144.620,07
TOTAL G	ERAL DESPESA COM SAÚDE	25.866.912,95

DESPESA COM SAÚDE

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 14,85 milhões com receitas de *Royalties* e R\$ 4,35 milhões com recursos vinculados.

Ações de Serviços Públicos de Saúde		
Aplicação Constitucional Obrigatória	15,00%	16.543.579,04
Aplicação Constitucional Efetiva	23,45%	25.866.912,95
Recursos Royalties	32,95%	14.852.569,61
Recursos Vinculados	9,66%	4.355.272,54
Total Aplicado	100%	45.074.755,10



DESPESA COM EDUCAÇÃO

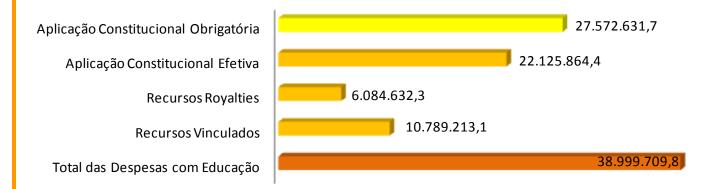
O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25% das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 17,83% no 2º Quadrimestre de 2011, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	38.382.074,70
IPTU	7.912.029,60
IRRF	4.935.783,81
ITBI	8.920.602,31
ISS	16.613.658,98
Transferências da União - (B)	17.093.735,99
Cota-Parte FPM - (100%)	16.890.134,95
Cota-Parte ITR	4.124,02
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	199.477,02
Transferências do Estado - (C)	50.408.118,53
Cota-Parte ICMS - (100%)	43.985.492,51
Cota-Parte IPVA	5.176.734,65
Cota-Parte IPI - (100%)	1.245.891,37
Demais Receitas Correntes - (D)	4.406.597,71
Multas, Juros de Mora Impostos	1.641.193,74
Divida Ativa dos Impostos	2.765.403,97
Transferência do FUNDEB - (E)	25.117.459,53
Rendimento de Aplic. Financeira - FUNDEB	296.511,96
BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = (A+B+C+D)	110.290.526,93
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	13.500.370,72

DESPESA	R\$
Função 12 - EDUCAÇÃO	9.132.552,46
12.361 Ensino Fundamental - (G)	8.072.235,12
12.362 Ensino Médio	181.658,58
12.365 Educação Infantil - (L)	553.258,56
12.367 Educação Especial	325.400,20
FUNDEB - (Resurso Vinculado) - ()	21.055.837,60
12.361 Ensino Fundamental	15.927.837,39
Pessoal de Apoio	1.563.707,42
Magistério - (M)	11.934.090,57
Manutenção da Unidade	2.430.039,40
12.365 Educação Infantil	5.128.000,21
Pessoal de Apoio	896.751,37
Magistério	3.243.698,67
Manutenção da Unidade	987.550,17
TOTAL GERAL DESPESA COM EDUCAÇÃO	30.188.390,06
(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (J) = (E-F)	11.617.088,81
TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)	22.125.864,40
TOTAL APLICADO NA MDE = (G+I-J)	17.510.983,91

DESPESA COM EDUCAÇÃO

Manutenção e Desenvolvimento da Educação			
Aplicação Constitucional Obrigatória	25,00%	27.572.631,73	
Aplicação Constitucional Efetiva	20,06%	22.125.864,40	
Recursos Royalties	15,60%	6.084.632,26	
Recursos Vinculados	27,66%	10.789.213,14	
Total das Despesas com Educação	100,00%	38.999.709,80	



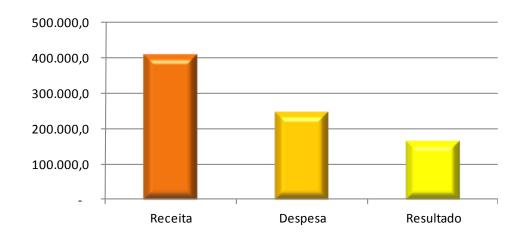
Utilizando os recursos provenientes dos *royalties* e recursos vinculados, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou, respectivamente R\$ 6,08 milhões e R\$ 10,78 milhões nos investimentos com Educação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas liquidadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 2º Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada.

Em R\$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	408.367,4	Despesas Liquidadas	246.354,0
		Resultado Orçamentário Positivo	162.013,4
TOTAL	408.367,4	TOTAL	408.367,4

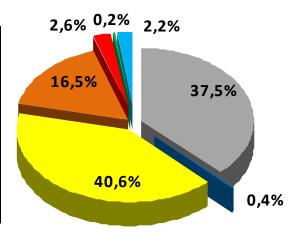


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

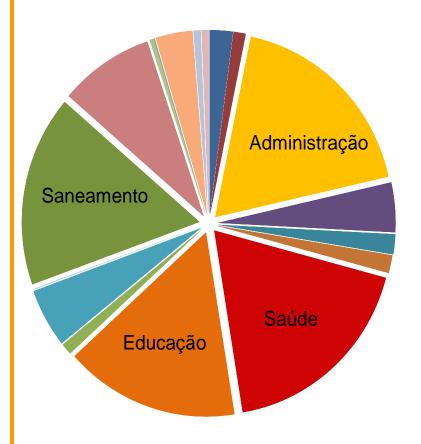
EXECUÇÃO DA DESPESA

As despesas orçamentárias, quando classificadas por categoria econômica, se apresentam conforme a tabela e o gráfico abaixo.

	Em R\$ Mil
DESPESAS CORRENTES	193.481,4
Pessoal e Encargos Sociais	92.360,4
Juros e Encargos da Dívida	1.016,7
Outras Despesas Correntes	100.104,3
DESPESAS DE CAPITAL	47.440,8
Investimentos	40.565,6
Inversões Financeiras	6.318,5
Amortização da Dívida	556,7
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.431,7
Despesas Correntes	5.431,7
TOTAL	246.353,9



No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, representada abaixo, fica evidente que o volume de receita do município empregado em saúde e educação, representa aproximadamente 32,8% do total da despesa liquidada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos sociais no município.



F	unção de Governo	Valor	%
Le	gislativa	5.192,8	2,1%
Ju	diciária	2.740,2	1,1%
Ad	ministração	44.948,0	18,2%
■ Se	gurança Pública	10.723,4	4,4%
As	sistência Social	4.309,7	1,7%
Pr	evidência Social	3.867,9	1,6%
■ Sa	úde	45.074,7	18,3%
Ed	ucação	38.999,8	15,8%
Cu	ltura	2.454,9	1,0%
■Di	reitos da Cidadania	34,2	0,0%
Ur	banismo	12.746,8	5,2%
На	bitação	115,4	0,0%
■ Sa	neamento	41.373,2	16,8%
Ge	stão Ambiental	21.114,0	8,6%
Cie	ência e Tecnologia	948,0	0,4%
Ag	ricultura	163,7	0,1%
In	dustria	66,8	0,0%
Co	mércio e Serviços	8.292,3	3,4%
De	sporto e Lazer	1.612,2	0,7%
_	cargos Especiais	1.576,0	0,6%
	tal	246.354,0	100,0%

Em R\$ Mil

DISPOSIÇÕES FINAIS

Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 30 de setembro de 2011.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA Secretária Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES Secretário Municipal de Fazenda